



XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT-5 – Política e Economia da Informação

Política e Regime de informação: uma revisão das abordagens conceituais

Information Policy and Regime: a review of conceptual approaches

Ingrid Lima Euzebio. UFES.

Luiz Carlos da Silva. UFES.

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Existe a necessidade de compreender a relação entre Política de Informação e Regime de Informação devido a sua grande multivocidade terminológica. Ressalta-se a importância da interlocução entre elas, porque contribuirá com maior consistência na área diante da emergência da temática de políticas de informação na Ciência da Informação. Deste modo, objetiva-se abordar a luz da literatura, no campo da Ciência da Informação, as aproximações e distanciamentos conceituais de Política de Informação e Regime de Informação. A partir de uma análise qualitativa descritiva foi realizada uma revisão da literatura para obter esses conceitos e como resultado foi gerado um quadro com as produções da Ciência da Informação para verificar as relações entre as abordagens conceituais utilizadas. Portanto, percebeu-se através de análises dos estudos levantados, que esses conceitos são interligados mesmo sendo aplicados em diferentes contextos informacionais.

Palavras-Chave: Política de Informação. Regime de Informação. Ciência da Informação.

Abstract: *There is a need to understand the relationship between Information Policy and Information Regime due to its great terminological multivocality. The importance of dialogue between them is highlighted, because it will contribute with greater consistency in the area in the face of the emergence of the theme of information policies in Information Science. In this way, the objective is to approach, in the light of the literature, in the field of Information Science, the conceptual approximations and distances of Information Policy and Information Regime. From a descriptive qualitative analysis, a literature review was carried out to obtain these concepts and as a result a table was generated with the productions of Information Science to verify the relationships between the conceptual approaches used. Therefore, it was noticed through analysis of the studies raised, that these concepts are interconnected even being applied in different informational contexts.*

Keywords: Information Policy. Information Regime. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Os conceitos de Política de Informação e Regime de Informação são constantemente referidos na Ciência da Informação (CI), suas abordagens e aplicações coexistem em uma mesma área conceitual levando a questionamentos se são interligados, concorrentes ou complementares. Tais indagações podem ser visualizadas em alguns artigos como o de



González de Gómez (2015) que relata as preocupações com a multivocidade terminológica devido à coocorrência dos conceitos de Política de Informação e Regime de Informação em um mesmo quadro de referência. Diante disso, a autora considera importante compreender essa junção e, para isso, investigar a construção desses conceitos.

Dessa forma, pretende-se apresentar os conceitos de Política de Informação e Regime de Informação, para compreensão de suas aproximações e distanciamentos, com a finalidade de analisar suas abordagens e proporcionar ampliação das temáticas através da verificação conceitual mais utilizada nos estudos da CI.

A fim de promover uma interlocução da importante temática da Política de Informação e Regime de Informação, o objetivo do presente resumo é abordar, à luz da literatura, no campo da CI, as aproximações e distanciamentos conceituais de Política de Informação e Regime de Informação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada a partir de análise qualitativa e descritiva para atender os objetivos dessa proposta, pois foca na interpretação de dados não mensuráveis (MATIAS-PEREIRA, 2016). O estudo é uma revisão da literatura porque buscou quantificar a produção científica disponível na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). A pesquisa foi realizada em abril de 2022 e utilizou os termos: “Políticas de Informação” AND “Regime de Informação”. O processo de recuperação com filtro pelas palavras-chave obteve um retorno de 12 (doze) publicações. Selecionou-se as produções mais significativas para conceituar Política de Informação e Regime de Informação, sob o viés da Ciência da Informação, através de análise inicial dos resumos e das produções que abordam Política de Informação e Regime de Informação no corpo do texto. Após análise e uso dos critérios mencionados gerou-se o Quadro 1 dos estudos da BRAPCI, com 5 produções.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS DE POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO

O quadro 1 gerado foi analisado em ordem cronológica os conceitos de Política e Regime de Informação.

Quadro 1: Resultado da busca < “Política de informação” AND “Regime de informação” > na BRAPCI

Autor	Título	Ano
-------	--------	-----



HIGINO, Anderson Fabian Ferreira; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; SCOTT, Carolina de Souza Paes	Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos.	2008
DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria	Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos - à luz do Regime de Informação.	2010
BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte	Regime de Informação: abordagens conceituais e aplicações práticas.	2016
SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo	Análise sobre políticas de informação: perspectivas do Regime de Informação no âmbito da inclusão digital ante os Livros Verde e Branco.	2018
MINTEGUI, Evelin; KARPINSKI, Cezar	O conceito de Regime de Informação aplicado a arquivos nas teses e dissertações brasileiras.	2018

Fonte: Autoria própria (2022).

Higino, Araújo e Scott (2008, p. 292) destacam o conceito de Regime de Informação, proposto por Frohmann (1995), e a Teoria de Atores em Rede (ANT), de Bruno Latour: “[...] Regime de Informação algo formado ou articulado por uma rede de atores humanos e não-humanos que interagem a partir de uma multiplicidade de elementos naturais, sociais e discursivos”. Os autores entendem a possibilidade de “[...] ver na Política de Informação uma construção descritível através dos regimes e estruturada por uma rede de atores humanos e não-humanos, em interação a partir de múltiplos elementos naturais, sociais e discursivos” (HIGINO; ARAÚJO; SCOTT, 2008, p. 299).

Constata-se que esses autores propõem uma Política de Informação através do estudo de Regime de Informação. Essa mesma visão aplica-se a Delaia e Freire (2010) que verificam a formulação de uma Política de Informação segundo os conceitos do Regime de Informação, pois identificam que o “[...] conceito de Regime de Informação realça componentes que contribuem para a compreensão de uma Política de Informação e para relações das e entre comunidades e instituições no que tange às ações de informação” (DELAIA; FREIRE, 2010, p. 109).

As autoras ressaltam que Braman (2004) amplia a visão da Política de Informação através da teoria de um regime global de informação frente à prática da política. Além disso, se apropriam do conceito de Política de Informação proposto por González de Gómez (1999, p. 59), identificando sua proximidade com o Regime de Informação:

Políticas de Informação quando, tratando-se de uma questão colocada num domínio coletivo de ação, existem conflitos entre as diferentes formulações de objetivos, planos, atores e recursos atribuídos às ações do domínio e em



conseqüência, com respeito ao alcance, às prioridades e às metas das ações de informação, de modo tal que aqueles conflitos não poderiam ser equacionados ou resolvidos por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos.

Essa definição é utilizada para representar o contexto que gera informações variadas, as quais carecem de uma perspectiva técnica e específica quanto às normas, processamento, disseminação e profissionais, como é o caso destacado pelas autoras sobre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (DELAIA; FREIRE, 2010).

Em vista desta pesquisa, as autoras descrevem a história da Política de Informação que emerge no período pós-guerra (1950), também ressaltam sua introdução no Brasil. O caso estudado instiga uma reflexão no que tange a Políticas de Informação implícitas porque “[...] a relação entre política e informação deverá ser buscada em sua imersão nos domínios econômicos e tecnológicos, desde onde atua no plano implícito das micropolíticas ou através de figuras econômicas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 30). Por isso, Delaia e Freire (2010) entendem, a partir de uma análise empírico-teórica, a importância de uma Política de Informação em Ciência e Tecnologia, em específico na Embrapa Solos, pois percebem implicitamente uma atuação dos pesquisadores nas ações dessa política.

O artigo desenvolvido por Bezerra et al. (2016) foca na conceituação de Regime de Informação e afirma que sua construção é constante, inclusive reiteram as similaridades e distinções teóricas das compreensões sobre o Regime de Informação na visão dos autores: Frohmann (1995), Braman (2004), Ekbia (2009) e González de Gómez (1999, 2012). Além disso, demonstra as diferentes aplicações dos conceitos de Regime de Informação, compreendendo que é constituída pelas relações de atores, através de ação de informação relativa às Políticas de Informação.

Compreende-se que esse modo de produção em que se constituem os regimes de informação pode ser percebido em diversas configurações sociopolíticas – desde organização privada ou pública, salas de aula, regulamentações disciplinares ou formação familiar específica – contanto que estas se constituam em uma rede heterogênea de relações de vários atores (sujeitos, dispositivos tecnológicos, culturas, etc.) circunscritos em um universo usual da linguagem. De modo prático, compreende-se que o Regime de Informação é constituído pela relação desses atores através de ações de



informação relacionadas à produção e às políticas de informação de espaços sociais (BEZERRA *et al.*, 2016, p.64).

Bezerra et al. (2016) afirmam que a construção teórico-conceitual de Regime de Informação possui grande vínculo com a Política de Informação, sendo necessário mais estudos sobre essa temática e concluem que o “[...] conjunto de aplicações reúne atores e artefatos em torno de práticas informacionais que legitimam políticas explícitas e implícitas que condicionam aquelas práticas” (BEZERRA et al., 2016, p. 82). Observam os Regimes de Informação constituídos nas Políticas de informação pelas abordagens enunciadas em espaços de informação distintos, como os casos referenciados no artigo.

Essa associação dos conceitos de Políticas de informação e Regime de Informação é facilmente percebida quando Silva, Silva e Freire (2018, p.159) destacam a necessidade “[...] de um contexto que define a amplitude da política enquanto um Regime de Informação”. Eles utilizam o conceito de Política de Informação dos autores Braman (2006), Kerr Pinheiro (2010), González de Gómez (2002) e Jardim, Silva e Nharreluga (2009) e compreendem que as Políticas de Informação “[...] também foram se constituindo como um conjunto de ações programáticas e de valores políticos e organizacionais, visando a promoção de tomadas de decisão ao acesso e uso da informação” (SILVA; SILVA; FREIRE, 2018, p. 158).

Percebe-se a otimização referente às ações de informação, quanto ao seu acesso e uso, como uma das finalidades da Política de Informação, sem se restringir a isso. Destaca-se a importância social dessas políticas, de forma a compreender seus estudos no cerne das políticas públicas.

Segundo Silva, Silva e Freire (2018, p. 159), as Políticas de Informação no Brasil necessitam de um “[...] planejamento de curto, médio e/ou longo prazo, assim como um contexto que define a amplitude da política enquanto um regime de informação”; e, ao se referirem a Regime de Informação, adotam o conceito de González de Gómez (2002) “[...] compreendido como um conjunto de redes neuro computacionais formais e informais onde informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, por diversos meios, a diferentes destinatários ou receptores, sejam eles específicos ou públicos (gerais)” (SILVA; SILVA; FREIRE, 2018, p. 160).



Além disso, Silva, Silva e Freire (2018, p.159) desdobram o conceito de Regime de Informação de González de Gómez (1999) em quatro definições específicas, a saber: 1ª) “[...] um conjunto de ações e decisões orientadas a preservar e a reproduzir, ou a mudar e substituir um Regime de Informação, e podem ser tanto políticas tácitas ou explícitas, micro ou macropolíticas”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 63). 2ª) “[...] por meios técnicos ou instrumentais e requerem a reformulação deliberativa de princípios, fins e regras para a concretização de planos coletivos e coordenados de ação, ou a mudança das relações de força dos atores envolvidos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71). 3ª) “[...] as figuras decisórias e normativas do que seja desejável e prioritário para um sujeito coletivo (organização, regiões, Estado Nacional etc.), acerca da geração, circulação, tratamento e uso da informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71). 4ª) “[...] em cada contexto histórico, em cada espaço de ação coletiva, existe um saber local, um sentimento territorializado ou um desejo do que seja um bem coletivo, que formam parte das razões bem fundadas para priorizar, justificar, gerar ou aderir a um valor de informação” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 71).

Ademais, González de Gómez (2002) ressalta o aspecto político ao conceituar Regime de Informação, pois traz à tona uma nova forma de se estudar Política de Informação através dos Regimes de informação, entendendo a importância das Políticas de informação para a sociedade moderna.

Silva, Silva e Freire (2018) elencaram as perspectivas dos conceitos de González de Gómez (1999) para demonstrar os componentes da estrutura de um Regime de Informação: Atores sociais, Artefatos de informação, Ações de informação e Dispositivos de informação.

Nota-se uma proximidade entre Política de informação e Regime de Informação, para Silva, Silva e Freire (2018), uma vez que entendem que o estudo do Regime de Informação é parte essencial para o estudo de Políticas de informação, além de destacarem a quarta definição oferecida por González de Gómez (1999), pois “[...] leva em consideração uma importante estrutura que designa um Regime de Informação, o contexto, ou seja, situação em que o Regime de Informação delibera ações e Políticas de informação para diversos contextos da sociedade, especialmente os que envolvem o campo tecnológico” (SILVA; SILVA; FREIRE, 2018, p. 161).

Ao investigarem o conceito de Regime de Informação aplicado aos arquivos nas teses e dissertações do Brasil, os autores Mintegui e Karpinski (2018) realizaram uma busca na BDTD



com os termos “Regime de Informação” e “arquivos” em seus títulos e resumos. É importante salientar que, para analisar as produções resultantes da pesquisa em 2018, eles utilizaram uma síntese das diferentes abordagens do conceito de Regime de informação, conforme demonstrado no quadro 2, retirado de seu artigo baseado em González de Gómez, 2012:

Quadro 2: Síntese de três diferentes abordagens do conceito de regime de informação

	Frohman	Braman	Ekbia
Influências teóricas referidas	Foucault, Latour	Teoria política internacional	Boltanski e Thevenot
Contexto de aplicação do regime de informação	Substituição de estudos sobre políticas de informação (dentro ou fora do Estado)	Estados, redes, mercados	Práticas cotidianas de criação, identificação e valoração de informação

Fonte: MINTEGUI e KARPINSKI (2018, p. 3532) adaptado de González de Gómez (2012).

Diante da síntese apresentada, destaca-se, nas três abordagens diferenciadas sobre Regime de Informação, uma visão conceitual que acomete diretamente na formulação de Políticas de Informação.

O primeiro conceito de Regime de Informação é o de Frohmann (1995, s/p, tradução nossa) “[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determinados de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos”. Ele entende que a abordagem do Regime de Informação é uma alternativa aos estudos de Política de Informação, quando amplia seu contexto de aplicação, pois “[...] a descrição de uma Política de Informação, portanto, torna-se a descrição da genealogia de um Regime de Informação” (FROHMANN, 1995, s/p, tradução nossa).

Mintegui e Karpinski (2018, p. 3527-3528) percebem que Frohmann utiliza o regime de informação “[...] como recurso interpretativo que permite considerar as relações amplas entre estado e sociedade” e “[...] como um sistema que apresenta distintos elementos, distribuídos em redes informacionais”.

A segunda abordagem mencionada no quadro 2 refere-se ao conceito de Regime de Informação global, emergente de Braman (2004), que complementa e contextualiza as análises de Políticas de informação, sendo o Regime de Informação uma abordagem heurística que ajuda a identificar tendências comuns em fenômenos e processos informacionais tratados de forma distintas, pois “[...] enfatiza a multiplicidade de processos formais e informais



envolvidos, em atenção aos parâmetros dentro dos quais as características do regime operam” (BRAMAN, 2004, p. 13, tradução nossa). A autora ressalta que os regimes de informação envolvem:

[...] o governo (as instituições formais, regras e práticas de entidades geopolíticas baseadas); a governança (o formal e o informal instituições, regras, acordos e práticas de atores estatais e não estatais cujas decisões e comportamentos têm um efeito constitutivo sobre sociedade); e a governamentalidade (o contexto cultural e social a partir do qual modos de governança surgem e pelos quais eles são sustentados) (BRAMAN, 2004, p. 13, tradução nossa).

Desse modo, o conceito de Regime de Informação não substituiria a análise de Políticas de informação, mas seria um recurso que a auxiliaria, pois agregaria com o construto de governo, governança e governamentalidade, ou ainda como diz González de Gómez (2012, p. 52) “que se constitui num plexo de relações triplicadas pelo governo, a governabilidade e a governança”.

Em vista disso, Mintegui e Karpinski (2018, p. 3528) evidenciam que “[...] Entre as vantagens da aplicação do conceito estariam sua plasticidade, o distanciamento das tentativas de categorizar Políticas de informação, a possibilidade de imersão em todas as dimensões sociais - sem restringir ao estado”. A análise de políticas públicas pode ser utilizada como recurso categorizador de Políticas de informação, enquanto o Regime de Informação é associado no espaço informacional para ampliar os aspectos de uma Política de Informação.

O terceiro e último conceito da síntese das abordagens de Regime de Informação é o de Ekbia (2009) que possui influência teórica de Boltanski e Thévenot e se reveste do modelo ação de informação que, de acordo com González de Gómez (2015, s/p), “[...] contribui na reconstrução do Regime de Informação em domínio específicos, parecendo ser pertinente e eficiente em contextos locais e organizacionais delimitados, como uma grande empresa, um bairro, uma comunidade dedicada a agricultura familiar”. Seu contexto de aplicação envolve as práticas cotidianas de criação, identificação e valoração de informação.

Após todas as considerações, constatou-se que os autores referidos no quadro 1 compreendem a correlação dos conceitos de modo a ressaltar suas interligações, até mesmo, na maioria dos casos, referenciam aos aspectos práticos de sua aplicação para descrever as circunstâncias informacionais pelas quais se formulam as Políticas de informação.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das diferentes vertentes teóricas e práticas nas quais se apresentam as Políticas de informação e os Regimes de Informação, verifica-se que as aproximações entre suas temáticas são mais perceptíveis do que seus distanciamentos, porém, fica claro que não existe confusão ao delinear suas aplicações práticas e abordagens.

As elucidações das produções resultantes da pesquisa mostraram a importância da interlocução conceitual entre Políticas e Regimes de Informação que se identificam dependendo dos contextos nos quais são constituídos.

Portanto, percebeu-se através de análises dos estudos levantados, que esses conceitos são interligados mesmo sendo estabelecidos em diferentes contextos informacionais.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, n. 2, v. 22, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/89054>. Acesso em: 04 abr. de 2022.

BRAMAN, Sandra. *Change of State. Information, Policy and Power*. Massachussets, MIT Press, 2006.

BRAMAN, Sandra. *The emergent global information policy regime*, pp. 12-37. In: BRAMAN, Sandra (Ed.). *The emergent global information policy regime*. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan. 2004.

DELAIA, Cláudia Regina; FREIRE, Isa Maria. Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos - à luz do regime de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. 3, v. 15, p. 107-130, 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/38428>. Acesso em: 04-abr.-2022.

EKBIA, Hamid. *Information in action: a situated view. Proceedings of the American Society for Information Science and Tecnology*, Vancouver, v. 46, n.1, p. 1-11, 2009. Disponível em Acesso em 05 ago. 2018.

FROHMANN, B. *Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory*. 1995. In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (Eds.). **Connectedness: Information, systems, people, organizations**. Edmonton, Alberta: School of Library and Information Studies, University of Alberta. 2001. p.19-95. https://www.academia.edu/14044809/Taking_information_policy_beyond_information_science_applying_the_actor_network_theory. Acesso em: 25 abr. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Políticas e regimes de informação: perspectivas. In: GARCIA, Joana Coeli Ribeiro; TARGINO, Maria das Graças (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: UFPB, 2015. v. 2, cap. 9, p. 321-351.



GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, v.22, n.3, p.43-60, set./dez. 2012.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan./abr. 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, D.F., v. 31, n. 1, p. 27-40, 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 57-93, abr. 1999.

HIGINO, Anderson Fabian Ferreira; ARAÚJO, Ronaldo Ferreira de; SCOTT, Carolina de Souza Paes. Construção de políticas de informação: aspectos epistemológicos e metodológicos. **Liinc em revista**, n. 2, v. 4, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93710>. Acesso em: 04 abr. de 2022.

JARDIM, J. M.; SILVA, C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n. 1, p. 2-22, 2009.

KERR PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, p. 113-126, 2010.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2016

MINTEGUI, Evelin; KARPINSKI, Cezar. O CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO APLICADO A ARQUIVOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS. **Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação**, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/103524>. Acesso em: 04 abr. de 2022.

SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo. Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os Livros Verde e Branco. **Ciência da Informação**, n. 2, v. 47, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99206>. Acesso em: 04 abr. de 2022.